

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, sobre a realização de anúncios do Banco do Brasil em sites de compartilhamento de notícias falsas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, sobre anúncios do Banco do Brasil em sites de compartilhamento de notícias falsas, nos seguintes termos:

1. Qual é a política de publicidade do Banco do Brasil em plataformas eletrônicas?
2. O Banco do Brasil adota ou adotará políticas visando evitar ou coibir a veiculação de anúncios em endereços eletrônicos (*sites* de notícias, *blogs* e correspondentes, entre outros) em que haja compartilhamento de notícias falsas?
3. Houve manifestação do Secretário de Comunicação da Presidência da República com relação à política de publicidade do Banco do Brasil?
4. O vereador Carlos Bolsonaro participa da formulação da política de publicidade do Banco do Brasil?

## JUSTIFICAÇÃO

Como foi informado por veículos de imprensa ao longo da semana, o Banco do Brasil foi questionado em suas redes sociais pela aquisição de espaços de publicidade em sites conhecidos pela disseminação de notícias falsas<sup>1</sup>. Na última quinta-feira, 21 de maio, o banco respondeu

<sup>1</sup> [https://oglobo.globo.com/brasil/bb-tira-anuncios-de-site-acusado-de-compartilhar-fake-news-carlos-bolsonaro-reclama-wajngarten-diz-estar-contornando-24437243?](https://oglobo.globo.com/brasil/bb-tira-anuncios-de-site-acusado-de-compartilhar-fake-news-carlos-bolsonaro-reclama-wajngarten-diz-estar-contornando-24437243?_r=1)



que retirara os anúncios do site reportado e que o bloqueara, para impedir que a ação ocorresse novamente.

O site em questão é um notável veículo de compartilhamento de *fake news*, defesa da ditadura civil-militar de 1964 e ataques aos poderes constitucionais constituídos, potencializado pela rápida disseminação por meio de redes sociais.

No dia seguinte, o vereador da cidade do Rio de Janeiro e filho do presidente da República, Carlos Bolsonaro, se manifestou contrariamente à suspensão da publicidade, encontrando eco nas falas do próprio secretário de comunicação da presidência, Fabio Wajngarten. Wajngarten anunciou que estaria “contornando a situação”.

Preocupa-nos a utilização de recursos de empresa controlada pela União para o financiamento por meio de anúncios em sites comprovadamente dedicados ao compartilhamento de notícias falsas e desinformação. O Banco do Brasil, além de ser um dos maiores bancos do país, é a mais antiga companhia brasileira em funcionamento e sua imagem não pode ser vinculada a uma rede articulada de desinformação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

